

Educação para pessoas privadas de liberdade: Uma análise de atividades didáticas nas escolas do Tocantins

Roseli Bitzcof de Moura¹
Laissy Taynã da Silva Barbosa²
Cícero da Silva³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir acerca de uma proposta de atividades didáticas, com o tema consciência negra, em uma perspectiva interdisciplinar aplicada para pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais do estado do Tocantins. Para tanto, optou-se pela análise documental e de conteúdo dos planos de aula de uma proposta de educação utilizada nas prisões do estado. A partir dos gêneros discursivos selecionados e dos diálogos dos docentes presentes no final e início de cada atividade, verificou-se a interligação dos componentes curriculares, envolvidos no desenvolvimento da proposta, reverberando assim possibilidades de interdisciplinaridade na abordagem do assunto proposto, com tentativas de distanciamento de atividades centradas, apenas, em questões fechadas ou com foco normativo, mas que permitiam ao estudante refletir sobre o tema. Os resultados indicam ainda que as atividades não são majoritariamente interdisciplinares, de modo que se percebe haver ainda equívoco em relação ao conceito de interdisciplinaridade, bem como a necessidade de estudos teórico-metodológicos e formação docente mais abrangentes para que essa proposta aconteça de forma eficaz na organização das práticas educacionais, especialmente na modalidade de educação prisional.

Palavras-chave: Educação prisional; Material didático; Interdisciplinaridade.

¹ Professora da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins. Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Mestra em Letras pela Universidade do Tocantins. Especialista em Psicopedagogia Clínica pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão. Graduada em Teatro pela Universidade de Brasília. Licenciada em Letras (Português/Inglês e Respectivas Literaturas). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3748-4005>. E-mail: roselibitz@gmail.com.

² Professora de Língua Inglesa da Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas-PA. Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Mestra em Teoria, Crítica e Comparatismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Teoria e Metodologia na Educação Básica pela Universidade Estadual do Pará. Especialista em Docência pelo Instituto Federal de Minas Gerais. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Aldelina Moura. Licenciada em Letras (Inglês) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7779-3094>. E-mail: yssial2016@gmail.com.br.

³ Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins, atuando no curso de Educação do Campo e no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura. Doutor em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins, com pós-doutoramento pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Leitura e Produção Escrita pela Universidade Federal do Tocantins. Licenciado em Letras (Português-Inglês) pela Universidade do Tocantins. Editor-chefe da revista EntreLetras. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6071-6711>. E-mail: cicolinas@yahoo.com.br.

Introdução

O Brasil é um país com um grande número de pessoas privadas de liberdade. Estima-se que em junho de 2021 havia cerca de 820.689 pessoas em estabelecimentos prisionais (DEPEN, 2021). Entende-se que pessoas privadas de liberdade irão ressocializar na sociedade após o cumprimento de sua pena, de modo que, em 2009, foi protocolado um pedido no Conselho Nacional de Educação (CNE) para elaboração e aprovação de Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais brasileiros, tendo em vista que a educação é um princípio constitucional essencial a todos (Brasil, 2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais pontuam que há a prescrição de diretrizes gerais para educação prisional, mas cada estado deveria desenvolver seu plano estratégico de educação para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). No estado do Tocantins, por exemplo, o plano vigente, Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e egressas do Sistema Prisional (PEEPPLESP-TO), consiste em garantir vagas, manter o programa de alfabetização, articular o acesso à educação formal e profissional às pessoas privadas de liberdade, formar profissionais para atuar nos estabelecimentos prisionais, fomentar atividades complementares e exames nacionais, bem como considerar a diversidade dos sujeitos em situação prisional (Tocantins, 2021).

Assim, para atender às proposições de aumentar o acesso à educação das PPLs conforme previsto no PEEPPLESP-TO, em 2022 foi estruturada a Proposta de Ensino Híbrido. Essa proposta visa atender aos estudantes do segundo e terceiro segmento da Educação de Jovens e Adultos matriculados nas escolas prisionais do estado. A metodologia utilizada nas aulas consistiu na gravação dos encontros por área de conhecimento, com a organização de sequências de atividades. Na área de linguagens, aqui analisada, as aulas foram planejadas a partir de temáticas variadas e temas integradores como direitos humanos, intolerância religiosa, xenofobia e racismo (temas transversais obrigatórios na educação básica regular), tendo em vista contribuir para a construção de saberes e pensamento crítico dos envolvidos.

No presente trabalho,⁴ relatamos e refletimos sobre a proposta de atividades didáticas desenvolvidas com o tema consciência negra em uma perspectiva interdisciplinar, construída de maneira colaborativa por professores especialistas em Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física, ministrada para pessoas privadas de liberdade no estado do Tocantins.

Para tanto, adotamos a abordagem qualitativa e Análise documental e de Conteúdo como método de pesquisa, vislumbrando que a pesquisa documental oportuniza criatividade nas análises dos objetos (Godoy, 1995) e a Análise de Conteúdo “trabalha a fala, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis e tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis” (Bardin, 2011, p. 49). Assim, optou-se por analisar o planejamento da proposta de atividades sobre consciência negra e inferir sentido e a Análise Documental, ainda, nos permite realizar “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares” (Godoy, 1995, p. 21).

Dentre essas acepções, Cellard (2008, p. 296) explica que o “documento permite acrescentar dimensão do tempo à compreensão do social”, colaborando para que possamos direcionarmos critérios de análise que perpassam pela educação escolar para pessoas privadas de liberdade.

A motivação para a escolha da proposta com o tema consciência negra está alicerçada nos dados (preocupantes) do Ministério da Justiça (2006) sobre informações penitenciárias acerca da população em estabelecimentos prisionais, em que relatam:

[...] 4,4% são mulheres e 95,6% são homens; 95% são pobres ou muito pobres; 65% são negros ou mulatos; 75% não complementaram o ensino fundamental, 12% são analfabetos e cerca de 60% têm entre 18 e 30 anos — idade economicamente ativa —, oriundos de grupos menos favorecidos da população ou de grupos usuários de drogas. (Julião, 2009, p. 62).

Nesse excerto, é possível observar que 65% das pessoas privadas de liberdade são negras, de modo que se faz relevante discutir essa temática com o intuito de instigar

⁴ Este trabalho contribui para as atividades científicas do Grupo de Estudos em Educação, Linguagem e Letramento (GEELL/UFNT/CNPq).

pensamento crítico sobre essa maioria negra em estabelecimentos prisionais, quiçá fomentar o questionamento acerca da história e dos efeitos do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Este trabalho está dividido em introdução, o conceito de interdisciplinaridade e uma reflexão acerca de sua divergência de sentido na perspectiva teórico-metodológica, sistema prisional em que são apresentados dados sobre a população em estabelecimentos prisionais, educação para pessoas privadas de liberdade em que apresentamos um breve resumo do processo da implantação de políticas públicas para a educação prisional e discussão dos dados, em que relatamos e analisamos a proposta de atividades didáticas com o tema consciência negra em uma perspectiva interdisciplinar planejada para o projeto. Por fim, tecemos algumas considerações sobre a (não) interdisciplinaridade no planejamento das atividades.

O conceito de interdisciplinaridade

A partir da organização dos currículos da escola da educação básica, bem como o da formação de professores, é possível inferir que a compartimentalização de disciplinas ainda é característica do contexto educacional contemporâneo. Para Japiassu (1976), a separação das disciplinas constitui um desmembramento da realidade humana, por isso a urgência de uma nova epistemologia que não fosse apenas mais uma reflexão sobre cada ciência em particular. Thiesen (2008) destaca que é incipiente o desenvolvimento de experiências interdisciplinares, embora perceba-se que haja um encorajamento da prática em documentos reguladores oficiais.

De acordo com Fazenda (1994), a interdisciplinaridade como enfoque teórico-metodológico surgiu por volta da década de 1960 na Europa (principalmente na França e na Itália), como resposta a um período marcado por questionamentos sociais, políticos e econômicos que reivindicavam um novo modelo de universidade e de ensino integrado a questões do cotidiano, como oposição ao capitalismo epistemológico de certas ciências e excessivas especializações. A autora afirma que “a revisão contemporânea do conceito de ciência orienta-nos para a exigência de uma nova consciência, que não se apoia apenas na

objetividade, mas que assume a subjetividade em todas as suas contradições” (Fazenda, 1994, p. 33), ou seja, não se considera como ciência apenas a descritiva, quantitativa e dura e na contemporaneidade.

Silva (2011, p. 587) afirma que “a interdisciplinaridade, em sentido restrito, caracteriza-se pela utilização de elementos ou recursos de duas ou mais disciplinas para a operacionalização de um procedimento investigativo”. Assim, pensando em possibilidades de trabalhar as disciplinas em diálogo na escola, Japiassu (1976) discute a multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

Segundo o autor, a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade possuem conceitos semelhantes, mas divergem em alguns aspectos:

Tanto o multi quanto o pluridisciplinar realizam apenas um agrupamento intencional ou não, certos “módulos disciplinares” sem relação entre as disciplinas (o primeiro) ou com algumas relações (o segundo): uma visa a construção de um sistema disciplinar de apenas um nível e com diversos objetivos; o outro visa a construção de um sistema de um só nível e com objetivos distintos, mas dando margem à certa cooperação, embora excluindo toda coordenação. (Japiassu, 1976, p. 73).

A interdisciplinaridade trata-se de diferentes disciplinas trabalhadas em colaboração com o mesmo objetivo, constituindo-se a partir da reflexão acerca de uma problemática, em que o diálogo precisa ser constante e cada área saia enriquecida do processo. Assim, “o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para reconectar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas” (Japiassu, 1976, p. 75). Na transdisciplinaridade, por sua vez, entende-se que os sujeitos estão intrinsecamente conectados com o que os rodeia, sendo que não há fronteiras estabelecidas entre as disciplinas e elas transitam entre si de forma dialógica, colaborativa, de modo que atravessam o Ser. Entretanto, o próprio autor destaca que é uma realidade ainda distante.

Fazenda (1994) aponta que o professor que assume uma atitude interdisciplinar tem inerente o compromisso com seus alunos, busca utilizar novas metodologias, bem como refletir acerca das tentativas, dos erros e acertos. Uma proposta interdisciplinar necessita que o professor tenha entendimento sobre sua área de conhecimento e o gosto pelo conhecimento e pela pesquisa, para, assim, construir conexões sem sobrepor áreas. Ou seja, não deve haver

hierarquia de conhecimento, tendo em vista que a prática requer diálogo constante entre elas e reflexão acerca dessa prática. Contudo, assumir essa atitude também demanda desafios no que se refere ao excesso de trabalho e, às vezes, com a própria equipe de trabalho.

A interdisciplinaridade emerge, assim, com a perspectiva de transpor a fragmentação dos saberes, de modo que haja dialogicidade entre as áreas de conhecimento. Isso não quer dizer a destruição da autonomia dos componentes curriculares, mas a criação de uma linha dialógica. Fazenda (2003, p. 26) destaca que “uma atitude interdisciplinar respeita a autonomia de voo de cada um, pois acredita que o estabelecimento da marca do pesquisador, que o torna único e lhe confere autonomia, está na forma como estabelece parceria”. Nessa perspectiva, “o que se propõe é uma profunda revisão de pensamento, que deve caminhar no sentido da intensificação do diálogo, das trocas, da integração conceitual e metodológica nos diferentes campos do saber” (Thiesen, 2008, p. 548). Entretanto, no Brasil, o conceito de interdisciplinaridade chegou no final da década de 1960 com distorções de sentido e do seu papel na educação.

Japiassu (1976) e Fazenda (1994) alertam que o conceito de interdisciplinaridade foi muitas vezes questionado e mal-entendido por muitas pessoas que começaram a criar inúmeros projetos e os denominaram interdisciplinares. Segundo os autores, há uma série de princípios que precisam ser considerados ao desenvolver atividades interdisciplinares, tais como: delimitação do problema/questão, acompanhamento do desenvolvimento do projeto por meio de reuniões periódicas, bem como utilização de conceitos-chave que facilitam a comunicação.

Ainda de acordo com a Fazenda (1994, p. 25), “interdisciplinaridade nos parece hoje mais processo do que produto”. Assim, a proposta interdisciplinar é assumida aqui tal como Silva (2011) enfoca, a atuação da interdisciplinaridade escolar e científica. O autor destaca que:

[...] a primeira [interdisciplinaridade escolar] é resultado da utilização de estratégias didáticas visando favorecer o processo de aprendizagem de conteúdos programados, “respeitando os saberes dos alunos e sua integração” (Fazenda, 2008, p. 21). A segunda [interdisciplinaridade científica], por sua vez, é resultado do trabalho cooperativo de pesquisadores

de diferentes especialidades para a solução de problemas complexos. (Silva, 2011, p. 589).

Entende-se, assim, que é difícil afirmar que um projeto/atividade/sequência didática seja interdisciplinar ou não, pois além de ser necessário um acompanhamento criterioso do processo para uma avaliação do prognóstico, há a presença da perspectiva interdisciplinar quando se propõe atividades a partir dos saberes dos alunos, tal como Silva (2011) destaca. Neste trabalho, contudo, busca-se desenvolver uma reflexão acerca de uma proposta de atividades sobre a consciência negra para pessoas privadas de liberdade, apesar da complexidade da tarefa.

Contexto histórico do sistema prisional

Conforme Pavarini (2009), nas últimas décadas a população prisional teve um crescimento expressivo em todo o mundo e os dados evidenciados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2009) demonstram que esse quantitativo duplicou nos países da América Latina.

Essa realidade também se perpetua no território brasileiro:

[...] por mais que se construam novas prisões, a população prisional no Brasil cresce assustadoramente. Nos últimos anos, algo entre 5% e 7% ao ano. A cada mês, o sistema prisional recebe mais de oito mil pessoas, enquanto liberta apenas cinco mil. (Julião, 2009, p. 61).

Na primeira década de 2000, o Brasil ocupava a 4ª posição no *ranking* mundial. No final da segunda década, passou a ocupar o terceiro lugar

[...] no período de 2000 a 2010, por exemplo, saltou de 232.755 para 496.251 pessoas presas, superando a faixa de meio milhão já em dezembro de 2012 e atingindo os 748.009 em dezembro de 2019, sendo 20.023, não alfabetizadas. (Silva, 2021, p. 8).

O Estado do Tocantins, o mais novo da federação brasileira, segue os mesmos moldes que os que mais encarceram, a mesma política que provoca encarceramentos. As características de perfil dessa população encarcerada refletem a mesma do restante do Brasil, sendo que de 4.481 pessoas presas no Tocantins, 150 são analfabetas e 1.240 não concluíram o Ensino Fundamental, dessas 703 são pretas e 2009 pardas (Carneiro *et al.*, 2022). Desse modo, verifica-se que pessoas pretas e pardas constituem mais da metade da população carcerária do Tocantins.

Educação para pessoas privadas de liberdade no Tocantins

Conforme Mendes (2011), até o século XIX as prisões tinham como única função deter, isolar e castigar as pessoas que realizavam delitos, não havendo ações para ressocialização dos aprisionados. Acreditava-se que com o isolamento ocorreria uma autorregeneração dos indivíduos e assim poderiam retornar ao convívio em sociedade.

Todavia, verificou-se que essa forma de sistema prisional não contribui para que os presos se redimissem de suas penas, pois reincidiam e a criminalidade aumentava consideravelmente com o passar dos anos. Mesmo com tantas evidências corroborando que havia a necessidade de mudanças em relação à população carcerária, a educação prisional adentrou a passos lentos nas instituições prisionais.

Para Foucault (1999, p. 299),

[...] talvez devamos inverter o problema e nos perguntar para que serve o fracasso da prisão; qual é a utilidade desses diversos fenômenos que a crítica, continuamente, denuncia: manutenção da delinquência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinquência.

Consoante a essas reflexões, a Rede Latino-americana de Educação em Prisões (RedLECE) evidencia que a educação às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) é “um direito humano ao longo de toda a vida e não uma oferta opcional (UNESCO, 2009).

Em âmbito mundial, houve uma convergência para que se observasse a real situação das pessoas privadas de liberdade e nessa perspectiva evidenciam-se proposições como a

oferta de ensino, ancoradas em normativas internacionais como a “Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos (1955); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1998); e o Marco de Ação de Dakar (2001)” (Costa; Figueiredo, 2019, p. 10).

Costa e Figueiredo (2019, p. 5) também destacam que no Brasil a educação às PPL possui direcionamentos demarcados com

[...] a Lei de Execução Penal Nº 7.210 de 1984; a Constituição Federal de 1988; as Regras Mínimas para o Tratamento de Preso no Brasil (1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/1996; a Resolução Nº 3/2009; e a Resolução Nº 2/2010.

Nesse processo de implementação de políticas públicas para a educação prisional, destacam-se as proposições do atual Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o qual elenca metas e estratégias para a educação em prisões, assim resumidas por Silva (2021, p. 15):

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégia ... 9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias: ... 10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

Nesses dois últimos anos de término da vigência do PNE (2014-2024), verifica-se que houve pouco avanço no cumprimento das proposições quanto a erradicação do analfabetismo

absoluto elencadas para a educação prisional, sendo que há ainda 19.963 pessoas presas analfabetas (Carneiro *et al.*, 2022, p. 203).

No Tocantins, o Plano Estadual de Educação – PEE/TO (2015-2025) foi instituído por meio da Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015. O plano visa aproximar políticas públicas de educação da realidade do Estado do Tocantins, buscando estabelecer prioridades, diretrizes e metas e objetivos básicos, caminhando para uma educação de qualidade. Em relação à educação das pessoas privadas de liberdade, o plano prevê a meta 10, que estabelece a universalização da oferta do ensino fundamental e médio, no ensino regular e na modalidade de jovens e adultos, para pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos prisionais, estabelecimentos e unidades socioeducativas, em colaboração com a União e os municípios.

De acordo com Julião (2009), em concomitância com a implementação dos Planos Nacionais de Educação, no Brasil, desdobravam-se outros movimentos pela educação nas prisões. Em 2005, os ministérios da Justiça e da Educação firmaram um Protocolo de intenções que visava assegurar a implementação de uma política nacional de educação para jovens e adultos em privação de liberdade. Dentre as propostas estabelecidas, foram organizados cinco seminários regionais e o primeiro Seminário Nacional sobre Educação nas Prisões, dos quais culminaram as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação no Sistema Penitenciário. Nesse ínterim, o autor destaca o avanço da educação de jovens e adultos em privação de liberdade, a qual torna-se ponto de discussão, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Outro ponto elencado por Julião (2009), em relação aos seminários realizados, foram as proposições para criação de planos estratégicos estaduais de educação em todas as confederações brasileiras, processo que envolveria desde as secretarias estaduais de educação, sociedade civil, administração penitenciária, Ministério Público, dentre outros. A elaboração dos planos seria acompanhada pelos ministérios da Educação e da Justiça.

Conforme Silva (2021), o primeiro Plano Estadual de Educação em Prisões do Tocantins (PEEP-TO) foi instituído em 2012, o qual estabeleceu diversas estratégias e metas para serem executadas pelas secretarias de Educação e a de Secretaria da Cidadania e Justiça, com vislumbre de reformulação no final do triênio de sua vigência. Entretanto, não houve a

reformulação anteriormente proposta, mas a substituição, em 2021, por um novo plano que recebeu o título de “Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e egressas do Sistema Prisional” (PEEPPLESP-TO).

O PEEPPLESP-TO apresenta como objetivo

[...] nortear a oferta da Educação em Prisões do Estado do Tocantins, tendo como parâmetro o planejamentos das ações de educação a serem desenvolvidas nos espaços de privação de liberdade, que contemplará a oferta da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA, a Educação Profissional, o Ensino Superior e a Educação não Forma, inclusive, podendo ofertar a educação na modalidade presencial, à distância e/ou fazer uso da estratégia de ensino híbrido, considerando circunstancial, se necessário. (Tocantins, 2021, p. 6).

Como tentativa de reestruturar a educação prisional no Tocantins, a Secretaria da Educação do Tocantins (SEDUC-TO) realizou um monitoramento nas 26 unidades penais do Estado, por meio do qual observou-se a falta de estrutura física adequada para organização de ambientes de estudos para as pessoas privadas de liberdade, sendo ofertado ensino presencial apenas em 9 unidades. Concomitantemente ao monitoramento, realizou-se uma análise da oferta de ensino em anos anteriores, verificando-se que nos anos de 2019 a 2021 houve um crescimento no número de pessoas privadas de liberdade atendidas pela educação prisional, uma vez que esse aumento ocorreu devido ao ensino remoto utilizado em decorrência do período pandêmico da COVID-19 (Tocantins, 2022).

Com o intuito de minimizar os problemas detectados no processo de ensino das unidades prisionais do Tocantins, a SEDUC-TO organizou uma proposta híbrida de educação prisional. A proposta, ainda em fase experimental e de aprovação pelo Conselho de Educação Estadual do Tocantins, foi aplicada no período de agosto a dezembro de 2022, nas nove escolas que já ofertavam o ensino presencial.

A metodologia utilizada na proposta estabelece 80% à distância e 20% presencial, “atendendo 80% com videoaulas da oferta mediada por tecnologia ou não e 20% da oferta presencial mediada por um professor para o 2º e 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos” (Tocantins, 2022, p. 8). Para o atendimento à distância, ampliou-se a carga horária de professores especialistas efetivos do estado, os quais ficaram responsáveis para planejar e

gravar as aulas. Os roteiros das aulas foram encaminhados por e-mail e as aulas transmitidas via televisão, nos ambientes escolares das unidades prisionais, acompanhadas de forma presencial por um professor mediador. Portanto, é dentro dessa perspectiva de educação nas unidades prisionais que se origina a proposta de atividade selecionada para análise neste artigo, com foco no gênero discursivo artigo de opinião e a temática acerca da consciência negra.

Proposta de atividades didáticas sobre a Consciência negra nas escolas prisionais do Tocantins

A definição de atividades didáticas perpassa por um conjunto específico de etapas que caracterizam as situações de estudo, de modo a organizar o trabalho docente em sala de aula (Monteiro, 2014). Como aponta Libâneo (2006), as atividades didáticas podem ser:

[...] conversação dirigida sobre; perguntas sobre; observação de demonstração de tema através de ilustrações (jornais, objetos, cartazes, revistas, gráficos); leitura individual de um texto, exposição oral pelo professor, conversação, trabalho independente dos alunos, estudo dirigido, exercícios de compreensão de textos. (Libâneo, 2006, p. 239).

A proposta de atividades selecionada para análise neste artigo focaliza o tema consciência negra e faz parte do planejamento de aulas da área de Linguagens para o Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas prisionais do Tocantins, contemplando a Proposta híbrida de ensino, em consonância com o PEEPPLESP-TO. A proposta prevê o desenvolvimento de uma epistemologia interdisciplinar para o atendimento das pessoas privadas de liberdade e parte do princípio de conversação, exercícios de compreensão de texto, bem como trabalho colaborativo e individual dos estudantes, tal como Libâneo (2006) sugere que as atividades didáticas podem ser apresentadas.

Nessa perspectiva, o planejamento das atividades em foco contou com quatro docentes da área de Linguagens: Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa. Os planos de aula foram estruturados em cinco aulas gravadas, com roteiros impressos, uma

versão para o estudante e outra para o professor auxiliar, com a duração de quatro horas diárias, aplicadas no decorrer de uma semana.

Nosso objeto de análise volta-se para o roteiro impresso organizado a partir do tema consciência negra, buscando compreender como a interdisciplinaridade foi contemplada na organização das atividades que integram os componentes curriculares da área de linguagem, observando os textos selecionados, a partir de gêneros discursivos que contemplam, de forma mais abrangente, os campos jornalístico-midiático, artístico-literário e o de atuação na vida pública (Brasil, 2018).

Com base na seleção desses gêneros, organizam-se os comandos que orientam o desenvolvimento das atividades e há, também, presença de diálogos com os estudantes que introduzem o tema e interligam um componente ao outro.

Estudante, ao ler o artigo de Opinião “A saúde mental e o racismo estrutural” você analisou o quanto as pessoas ainda sofrem com o racismo. E você, acredita que a cor de uma pessoa influencia no esporte que ela pratica? Vamos conhecer super atletas que venceram o racismo! (Aula 47).

Estudante, você observou que refletimos um pouco mais sobre o tema “Consciência Negra” a partir de trechos de outro artigo de opinião “O QUE SIGNIFICA BLACK LIVES MATTER?” Agora, vamos aprofundar mais sobre esse tema e conhecer algumas características de um artigo de opinião (Aula 48).

Como percebeu nos artigos analisados, sempre que se fala em Consciência Negra, a gente se lembra de como o preconceito racial influencia negativamente na convivência entre as pessoas, na cultura, na arte. O preconceito artístico cultural se relaciona com a ignorância social e baixa escolaridade, além, também, de certo racismo estrutural, que impede as pessoas de se sentirem representados por um artista negro. Mas você sabe qual é a importância da cultura negra para a história do Brasil? (Aula 48).

O primeiro diálogo introduz o componente de Educação Física, aplicado depois da aula de Língua Portuguesa e o segundo interliga o de Língua Inglesa a um novo de Língua Portuguesa e o terceiro ao de Arte, possibilitando ao estudante amparar-se no que havia estudado para avançar para o próximo componente. Assim, o roteiro do estudante é organizado com uma planilha que indica o tema, a competência, as habilidades dos componentes e os objetos de conhecimento trabalhados. A proposta de atividade em foco tem como intuito apresentar as características do gênero discursivo artigo de opinião, de modo que

inicia com um texto dialógico apresentando o tema para o estudante e em seguida são elencados os gêneros discursivos e atividades de fixação. O roteiro do professor apresenta a mesma sequência com orientações de como aplicar e fazer as correções das atividades. Analisamos, desse modo, cinco roteiros de aulas, sendo cada roteiro composto de três a cinco textos com atividades correspondentes descritas no quadro abaixo:

Aula	Texto	Abordagem das atividades
46	Texto 1: História e objetivo do Dia da Consciência Negra.	Questões sobre identificação de informações explícitas sobre o texto, apenas uma questão reflexiva sobre o tema abordado.
	Texto 2: Características do texto expositivo.	Retomam a estrutura do texto 1.
	Texto 3: Aborda a biografia de Harriot Tubman, com destaque para palavras em inglês.	Identificação de informações explícitas, sem reflexões sobre o tema.
	Texto 4: Aborda o tema no âmbito da cultura afro-brasileira.	Identificação de informações explícitas, sem reflexões sobre o tema. A última questão faz a identificação de informações implícitas acerca do racismo estrutural na sociedade.
47	Texto 1: Apresenta o tema trabalhando o racismo e a saúde mental no esporte.	Atividades de interpretação voltada ao tema.
	Texto 2: Trabalha a estrutura composicional do artigo de opinião.	Retomam a estrutura do texto 1, trabalhando alguns tópicos da temática.
	Texto 3: Aborda pessoas pretas de sucesso no esporte.	Atividades referente a identificação de informações explícitas sobre o texto, sem fazer reflexões sobre a temática trabalhada.
	Texto 4: Elenca pessoas pretas de sucesso nos países que falam inglês.	Não retomam o tema. Estão vinculadas apenas com as palavras em inglês.
	Texto 5: Retoma o racismo no esporte.	Atividades que colaboram para que o estudante reflita sobre o tema.
	Texto 6: Relata sobre artista que faz pinturas sobre celebridades pretas.	Atividades desvinculadas do tema.
48	Texto 01: Texto aborda movimentos na comunidade negra com termos em inglês.	Atividades reflexivas sobre os movimentos da comunidade negra e sua influência na sociedade.
	Texto 02: Retoma a organização composicional do artigo de opinião.	Atividades com foco na estrutura do texto, direcionando reflexões sobre o tema.
	Texto 03: Aborda o tema a partir da arte, focando o racismo estrutural.	Atividades reflexivas sobre o tema
	Texto 04: Aborda o racismo no basquete americano	Atividades reflexivas sobre o tema.
	Texto 1: Aborda a discriminação com as mulheres negras, a partir de livros da autora Conceição Evaristo.	Mescla atividades reflexivas sobre o tema e a estrutura textual.
	Texto 2: Trabalha a composição textual do artigo de opinião, retomando o texto anterior.	Mescla atividades reflexivas sobre o tema e a estrutura textual do texto 1.

	Texto 3: Texto com termos em inglês acerca das nomenclaturas utilizadas para nomear pessoas pretas.	Reflexivas sobre o tema.
	Texto 4: Trabalha a arte na capa de livros que trabalham a temática, sinopse de livros. Retoma a autora Conceição Evaristo citada no primeiro texto.	Não foram realizadas atividades interpretativas.
	Texto 5: Apresenta a biografia da atleta Marta, mulher e negra.	Atividades sobre a biografia da atleta, voltado ao preconceito de gênero.
50	Texto 1: Vídeo sobre desigualdade racial.	Atividades reflexivas sobre a temática.
	Texto 2: Elaboração de artigo de opinião.	Produção de artigo sobre a temática.
	Texto 3: Música que trata sobre a temática negra.	Questionamentos reflexivos sobre a temática negra que abordam o racismo e o <i>bullying</i> .
	Texto 4: Sobre o feriado da consciência negra e a biografia de Mandela.	Atividades reflexivas sobre o tema.

Quadro 1 Análise de atividades didáticas referentes à Consciência Negra. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Face aos dados do Quadro 1 concernentes às atividades analisadas, é importante destacar que embora a proposta da SEDUC-TO seja a execução de atividades interdisciplinares, sabe-se que, na prática, isso pode ser complexo. Nessa perspectiva, entende-se que as atividades podem ser multidisciplinares, pluridisciplinares e interdisciplinares. Opta-se por não considerar a transdisciplinaridade nesta análise, tendo em vista que Fazenda (1974) e Japiassu (1976) pontuam como uma perspectiva ainda considerada utópica.

A partir de uma reflexão acerca das perspectivas multi – pluri – inter com as aulas da proposta de atividade sobre a consciência negra, pondera-se que a proposta aborda atividades majoritariamente pluridisciplinares, visto que, segundo Japiassu (1976), na pluridisciplinaridade há a presença de uma temática em comum e uma relação de cooperação com disciplinas afins (área das linguagens). Apesar da similaridade com a pluridisciplinaridade (temática comum e cada componente curricular trabalha a seu modo), as atividades não são multidisciplinares, tendo em vista que as atividades fazem parte de um agrupamento de áreas semelhantes (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Artes).

Contudo, é preciso destacar a presença de atividades que podem incitar o docente a adotar uma perspectiva interdisciplinar. Assim, cabe um questionamento: em que medida a proposta também pode ser interdisciplinar?

As atividades das aulas apresentam uma reflexão acerca da história da consciência negra, racismo e racismo estrutural. Entende-se que o questionamento acerca do racismo estrutural aborda conhecimentos que ultrapassam a área da linguagem e que para esse tópico ser desenvolvido o professor teria que estar alinhado com conceitos históricos, políticos, sociológicos, bem como apresentar dados matemáticos, por exemplo. A partir dessa exposição e discussão de ideias, propõe-se construir um pensamento crítico acerca das instituições que são materializações de uma estrutura de sociedade que tem o racismo como parte orgânica de sua constituição e como uma problemática social (Almeida, 2018).

Na organização da maioria das aulas, como podemos observar no Quadro 1, verifica-se a seleção de vários gêneros discursivos (artigo de opinião, biografia, sinopses de livros e música) que abordam o tema. No entanto, há destaque para o desenvolvimento de habilidades individuais dos componentes curriculares que compõem a área de linguagem, sem inter-relação com os demais textos, sem atividades que promovam integração entre os componentes, pois “o que torna uma atividade interdisciplinar não é o sujeito nem o objeto, mas os aspectos processuais da atividade” (Teixeira, 2007, p. 67).

O autor pontua ainda que “o trabalho interdisciplinar por meio de temáticas parece ser um caminho encontrado pelos professores; o risco, porém, está na mera justaposição ou sobreposição dos aqui denominados “conteúdos disciplinar” e “auxiliar”, sem alguma articulação significativa entre eles” (Silva, 2011, p. 598). Na proposta enfatizada neste trabalho, entende-se que houve uma preocupação dos docentes que elaboraram o material didático de retomar discussões e a proposta de gênero discursivo, embora seja possível encontrar dez comandos que destacam conteúdos dos componentes curriculares, ou seja, sem diálogo entre si. Nesse sentido, Paviani (2005, p. 45) alerta que “a má interdisciplinaridade é a aproximação externa de pesquisadores que, apesar de trabalharem conjuntamente, cada um se dedica somente à sua especialização.”

A proposta, contudo, apresenta a organização expositiva de texto argumentativo do gênero discursivo artigo de opinião, direcionando a apresentação do gênero por meio de

exemplos, as características ao longo das cinco aulas e a indicação para produção textual própria do estudante. Essa metodologia de diálogo, trocas e compartilhamento docente para o planejamento de atividades é, para Silva (2011),

[...] diferenciada para trabalhar a produção textual, a qual é proposta a partir da exemplificação prévia do gênero discursivo solicitado como produção textual, “você vai citar exemplos de texto, mostrar como o aluno pode proceder com o texto, para depois pedir pra que ele produza o texto”, evitando-se, portanto, o comando para produção de algum gênero ainda não trabalhado previamente. (Silva, 2011, p. 600).

Entendemos que para uma proposta de atividade seja interdisciplinar não é preciso que todos os professores das disciplinas envolvidas estejam em sala de aula concomitantemente, mas que seja apresentado aos estudantes um diálogo entre os diversos saberes mobilizados. Compreendemos, assim, a importância do lugar de diálogo, reflexão e planejamento docente na construção de uma proposta didática, pois é preciso pensar em um objetivo de aprendizagem para o sujeito estudante considerando seu contexto sócio-histórico-cultural.

Vasconcellos (2002) enfatiza seu ponto de vista acerca do planejamento docente apontando que os elementos que interferem na aprendizagem dos estudantes podem ser tanto subjetivos quanto objetivos. Entretanto, a reflexão, segundo o autor, antecipa o planejamento e este planejamento possui intencionalidade “visto que a prática está sempre baseada numa significação, seja ela ideológica, interesseira, utilitária, alienada, qual seja, não é um processo mecânico, automático, aleatório, casuístico” (Vasconcellos, 2002, p. 11). Nas propostas de atividades aqui analisadas, por exemplo, inferimos que os docentes abordaram um problema que pode ser qualificado como urgente no país, o número díspar de pessoas negras e pobres em estabelecimentos prisionais, em sua maioria homens.

Fazenda (2008), no entanto, destaca a importância do diálogo docente com os alunos para o planejamento de ações interdisciplinares. Durante o planejamento da proposta das atividades para o Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas prisionais do Tocantins, infere-se que não foi possível essa troca explícita com os estudantes durante o processo de planejamento, mas houve uma preocupação com o conhecimento prévio, bem como a construção do pensamento crítico acerca da temática racismo que assola

65% das pessoas privadas de liberdade e a sociedade por diferentes ângulos. Entendemos, assim, que embora os planos de aula analisados apresentem uma mistura entre as concepções de multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade, houve um planejamento temático consciente por parte dos docentes, visto que há abertura para a criticidade e construção de argumentos a partir da perspectiva histórica, política, cultural, social até a elaboração e escrita de artigo de opinião pelos sujeitos agentes na proposta de atividade com a temática da consciência negra.

Considerações finais

Neste trabalho, preocupamo-nos em relatar e refletir acerca de uma proposta de atividade didática desenvolvida com o tema consciência negra em uma perspectiva interdisciplinar, construída de maneira colaborativa por professores especialistas em Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física, ministrada para o Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas prisionais do Tocantins. Interessava-nos compreender se as atividades propostas no roteiro impresso da proposta poderiam ser consideradas como interdisciplinares, tal como estava prescrito no projeto da SEDUC- TO.

O estudo mostra que nas orientações da proposta híbrida de ensino não há direcionamentos pedagógicos para a organização das aulas com abordagem interdisciplinar, observando apenas uma menção em relação à metodologia. Menciona-se ainda que os professores tiveram como direcionamento o Documento Curricular do Tocantins e o Reordenamento de aulas, no entanto tais documentos são organizados de forma disciplinar, como previsto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018).

A partir dos gêneros discursivos selecionados e dos diálogos dos docentes presentes no final e início de cada atividade, verificamos a interligação dos componentes curriculares, envolvidos no desenvolvimento da proposta, reverberando assim possibilidades de interdisciplinaridade na abordagem do assunto proposto, com tentativas de distanciamento de atividades centradas, apenas, em questões fechadas ou com foco normativo, mas que permitiam ao estudante refletir sobre o tema, ancorando-se em dados de um componente para

compreender as proposições do próximo a ser explicado. Desse modo, percebemos perspectivas de uma interdisciplinaridade nos roteiros de aula analisados no campo das linguagens, apontando que os professores organizadores buscavam por uma perspectiva interdisciplinar, todavia, faltavam-lhes pressupostos teórico-metodológicos para embasar a prática da proposta.

Inferimos assim, que se faz relevante pensar programas de formação para os atores que participam do processo de aprendizagem nos estabelecimentos penais, de modo que auxilie na compreensão das especificidades de trabalhar nesse segmento, bem como, quanto à proposição da abordagem interdisciplinar para o planejamento e a execução das aulas que integrem as áreas de conhecimento. Tendo isso em vista, compreende-se a importância do planejamento docente, por meio de atividades pensadas e organizadas com um objetivo e uma finalidade para os estudantes, nesse caso, as pessoas privadas de liberdade do Tocantins.

E, questiona-se também o alcance das formações de professores (inicial e continuada) no que se refere às perspectivas multidisciplinares, pluridisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, visto que a educação necessita adentrar contextos diversos. Portanto, o diálogo entre as disciplinas escolares, bem como conhecer e saber reconhecer a perspectiva que se pretende abordar em um planejamento de atividades pode constituir parte importante para a formação integral dos estudantes.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Originalmente publicado em 1977.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB Nº 2/2010*. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/214297-diretrizes-nacionais-para-a-oferta-de-educacao-para-jovens-e-adultos-dispoe-sobre-as-diretrizes-nacionais-para-a-oferta-de-educacao-para-jovens-e-adultos-em-situacao-de-privacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

CARNEIRO, L. A. *et al.* A população carcerária feminina no estado do Tocantins: uma análise da interseccionalidade de raça, gênero e classe. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 9, n. 15, p. 199-209, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5327>. Acesso em: 20 set. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, M. C.; FIGUEIREDO, I. M. Z. Educação e pessoas privadas de liberdade: uma análise documental. *Imagens da Educação*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v9i1.44236>. Acesso em: 20 set. 2023.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Segundo levantamento do Depen, as vagas no sistema penitenciário aumentaram 7,4% enquanto a população prisional permaneceu estável, sem aumento significativo. *DEPEN*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/segundo-levantamento-do-depen-as-vagas-no-sistema-penitenciario-aumentaram-7-4-enquanto-a-populacao-prisional-permaneceu-estavel-sem-aumento-significativo#:~:text=Brasília%2C%2020%2F12%2F2021,em%20dezembro%2020%2C%20para%20820.689>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAZENDA, I. *Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1994.

FAZENDA, I. A avaliação na pós-graduação sob a ótica da interdisciplinaridade. In: QUELUZ, A. G. (org.). *Interdisciplinaridade: formação de profissionais da educação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 23-28.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: FAZENDA, I. (org.). *O que é interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JULIÃO, E. F. A Educação de Jovens e Adultos em situação de Privação de Liberdade: Desafios e perspectivas para a Consolidação de uma Política Nacional. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania*. Brasília, DF: UNESCO: OEI: AECID, 2009. p. 61-71.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDES, F. C. F. *Um Mundo Dentro de Outro Mundo: Educação Prisional no Estado de Pernambuco*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4827>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MONTEIRO, M. S. Atividade didática. *Glossário Ceale*, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/atividade-didatica>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania*. Brasília, DF: UNESCO: OEI: AECID, 2009.

PAVARINI, M. A Nova Penologia e Processos de Reencarceramento no Mundo. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania*. Brasília, DF: UNESCO: OEI: AECID, 2009. p. 83-105.

PAVIANI, J. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. Porto Alegre: Pyr, 2005.

SILVA, V. B. *Política de Educação em prisões: das Normas Nacionais ao Comitê Estadual do Tocantins*. 2021. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

SILVA, W. R. Construção da interdisciplinaridade no espaço complexo de ensino e pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 582-605, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000200013>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TEIXEIRA, E. F. B. Emergência da inter e da transdisciplinaridade na universidade. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (org.). *Inovação e interdisciplinaridade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 58-80.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-598, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TOCANTINS. *Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional*. Palmas: Governo do Tocantins, 2021. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/253073>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TOCANTINS. *Proposta de Ensino Híbrido para Pessoas Privadas de Liberdade*. Palmas: SEDUC-TO, 2022.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2002.

Education for persons deprived of liberty: An analysis of didactic activities in Tocantins schools

Abstract: This work aims to reflect on a proposal of didactic activities, with the theme black consciousness, in an interdisciplinary perspective applied to people deprived of liberty in the prison units of the state of Tocantins. To this end, we opted for the documentary and content analysis of the lesson plans of an education proposal used in the state's prisons. Based on the selected discursive genres and the teachers' dialogues presented at the end and beginning of each activity, we verified the interconnection of the curricular components involved in the development of the proposal, thus reverberating possibilities of interdisciplinarity in the approach to the proposed subject, with traction of distancing activities focused only on closed questions or with a normative focus, but which allow the student to reflect on the topic. The results indicate that the activities are not mostly interdisciplinary, so that it is perceived that there is still confusion in the concept of interdisciplinarity, as well as the need for theoretical-methodological studies and more comprehensive teacher training so that this proposal happens effectively in the organization of educational practices, especially in the modality of prison education.

Keywords: Prison education; Didactic material; Interdisciplinarity.

Recebido em: 28 de setembro de 2023.

Aceito em: 7 de dezembro de 2023.